

GINÁSIOS VOCACIONAIS ESTADUAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO: INOVAÇÃO MARGINALIZADA

Sandra Machado Lunardi Marques*

RESUMO

O artigo reflete sobre uma proposta de educação pública – a dos ginásios vocacionais estaduais do estado de São Paulo (1962 – 1970), de sua criação à extinção, tendo como referência o “Ginásio Vocacional Chanceler Raul Fernandes” de Rio Claro, objeto de pesquisa da autora. (Autora, 1985) Sua retomada não se justifica por nostalgia, nem pela ingenuidade de sugerir sua reprodução, mas para compreender suas qualidades e significado político. Como se trata de discutir uma inovação, o interlocutor privilegiado será Dermeval Saviani (Garcia, 1980) Outro conceito central será o de “apropriação”, no sentido que lhe é atribuído por Chartier (1999), isto é, como “invenção, produção de significados”, respeitando-se suas “limitações” contextuais.

Palavras-chave: Ensino secundário. Proposta crítica. Revisão.

* Mestrado em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985) e doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). É professora - assistente doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: lunar5@ig.com.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3665-6840>.

VOCATIONAL GYMNASIUMS OF THE STATE OF SÃO PAULO: MARGINALIZED INNOVATION

Abstract

This article reflects on a proposal for public education – that of state vocational high schools in the state of São Paulo (1962–1970), from their creation to their extinction, taking as reference the “Ginásio Vocacional Chanceler Raul Fernandes” in Rio Claro, the author’s research object. (Author, 1985) Its resumption is not justified by nostalgia, nor by the naivety of suggesting its reproduction, but to understand its qualities and political significance. Since this is an innovation, the privileged interlocutor will be Dermeval Saviani (Garcia, 1980). Another central concept will be that of “appropriation”, in the sense attributed to it by Chartier (1999), that is, as “invention, production of meanings”, respecting its contextual “limitations”.

Keywords: secondary education, critical proposal, review.

GIMNASIOS VOCACIONALES ESTATALES DEL ESTADO DE SÃO PAULO: INNOVACIÓN MARGINADA

Resumen

Este artículo reflexiona sobre una propuesta de educación pública: la de los institutos técnicos estatales del estado de São Paulo (1962-1970), desde su creación hasta su extinción, tomando como referencia el “Ginásio Vocacional Chanceler Raul Fernandes” de Rio Claro, objeto de investigación del autor. (Autor, 1985) Su retomada no se justifica por la nostalgia ni por la ingenuidad de sugerir su reproducción, sino para comprender sus cualidades y su significado político. Al tratarse de una innovación, el interlocutor privilegiado será Dermeval Saviani (García, 1980). Otro concepto central será el de “apropiación”, en el sentido que le atribuye Chartier, es decir, como “invención, producción de significados”, respetando sus “limitaciones” contextuales (Chartier, 1999).

Palabras clave: educación secundaria, propuesta crítica, revisión.

INTRODUÇÃO

O nome “ginásios vocacionais” historicamente remete ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que em 1947 os criou para enfrentar o “hiato nocivo” na vida de adolescentes entre os 12 e os 14 anos:

Afora o reduzido contingente daqueles que seguem os estudos de nível secundário, a grande massa de egressos das escolas primárias acha-se fadada a esse estágio de espera, em que ficam suspensas, tal como numa quarentena, a evolução intelectual e a preparação para o trabalho. [...] Os estudos sociais, econômicos e psico-fisiológicos revelam que a maioria dos delinquentes, dos desajustados à profissão [...] tem a origem dos seus desajustamentos em falhas de educação, principalmente nas etapas críticas de seu desenvolvimento psico-físico. [...] É lugar comum falar-se do malefício desse interregno dos 12 aos 14 anos, mas é raro combatê-lo com medidas concretas. [...] O SENAI em São Paulo atende a esse problema através dos cursos vocacionais. (Mange, 1947, p. 6 *apud* Senai São Paulo, 1992).

Portanto, os cursos vocacionais foram destinados a filhos ou parentes de industriários, de 12 a 14 anos, idades em que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) permite seu contrato como “aprendizes”.

Implantados em 1945, os Cursos Vocacionais ofereciam-lhes orientação profissional, atividades manuais e cultura geral, sistematizados pela Divisão de Seleção e Divisão de Ensino. Foram divulgados nas séries finais do ensino primário, oferecidos em oito escolas do SENAI-SP, e extintos em 1958, por competirem com os cursos de formação de aprendizes.

Segundo o técnico de educação, Oswaldo de Barros Santos, do Departamento de Ensino Profissional do SENAI, membro do SENAI e presidente da comissão que empreendeu sua reformulação e simultaneamente a criação dos ginásios vocacionais: “[...] E o Governo começou a botar os olhos nesse tipo de curso: daí serem criados os famosos ginásios experimentais e vocacionais do Estado, baseados totalmente na experiência do SENAI. Eu fui chefe dos dois.”¹ (Barros Santos, 1991 *apud* Senai São Paulo, p. 71).

A referida lei regulamentou os “ginásios vocacionais”, pela autorização de funcionamento das “classes experimentais” emitida pelo Ministério da Educação e Cultura (Lei Federal 3.552, de 10 de fevereiro de 1959), mantendo aparentemente o sentido que lhe fora atribuído pelo SENAI – aliar cultura geral a aptidões para o trabalho, como segue abaixo:

1 A fala de Oswaldo de Barros Santos, precisa ser relativizada. Os “ginásios experimentais”, a que ele se refere, foram as “classes experimentais” implantadas em ginásios públicos e privados, na década de 1950, com a finalidade de renovar os métodos e técnicas do ensino secundário, sem se preocuparem com a formação profissional. Ele de fato presidiu a comissão nomeada pelo Secretário da Educação, Luciano Vasconcelos de Carvalho, composta por: Luis Contier (introdutor das classes experimentais, no Instituto de Educação “Alberto Conte”, escola pública de Santo Amaro, SP), Maria Nilde Mascellani (orientadora pedagógica das classes experimentais do I. E. “Narciso Pieroni, de Socorro, SP), pelo diretor da Escola Profissional Masculina e pela Diretora da Escola Profissional Feminina da Capital, para estabelecer diretrizes e reformar o Ensino Industrial e de Economia Doméstica e criar os Ginásios Vocacionais (Lei nº 6052, de 3 de fevereiro de 1961, regulamentada pelo Decreto nº 38643, de 27 de junho de 1961), pelo governo de Carlos Alberto de Carvalho Pinto.

A Parte II – Dos Cursos Vocacionais, Título I – Dos objetivos dos cursos, dispõe que:

Artigo 272 – os Cursos Vocacionais, de dois (Iniciação Vocacional) ou quatro anos de duração (Básico Vocacional ou Ginásio Vocacional), de primeiro ciclo do ensino de grau médio, terão o caráter de curso básico destinado a proporcionar cultura geral, explorar as aptidões dos educandos e desenvolver suas capacidades, dando-lhes iniciação técnica e orientando-os em face das oportunidades de trabalho e para estudos posteriores. [...].

Parágrafo único – As matérias de iniciação técnica incluirão atividades de experimentação profissional de várias modalidades e práticas de oficina ou laboratório, sem preocupação imediata de formar artífices, com o fim de proporcionar orientação profissional e despertar interesses para profissões técnicas e científicas. (Decreto nº 38.643, de 27 de junho de 1961, p. 35).

Seu conteúdo consistia de disciplinas de cultura geral (Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências, Inglês); práticas educativas como Educação Física, Educação Musical, Educação Familiar, Social e Cívica correspondentes às do curso ginásial, obrigatórias; matérias de iniciação técnica (Artes Industriais, Práticas Comerciais, Práticas Agrícolas, Artes Plásticas, Economia Doméstica); e Atividades Extracurriculares, num regime de 33 a 44 horas semanais, ou uma jornada diária de seis a oito horas.

Faz-se necessário assinalar que a ruptura definitiva com o SENAI estava no Título V – Artigo 321, que criava o Serviço do Ensino Vocacional, diretamente subordinado ao Secretário da Educação, para estabelecer planos de ensino e de educação relativos aos Cursos Vocacionais, propor medidas sobre sua criação e instalação, emitir diretrizes técnicas e pedagógicas, cuidar da preparação e admissão de profissionais, que deveriam ter curso universitário e, em algumas áreas, pós-graduação ou especialização, propor recursos para aquisição de material permanente e de consumo, efetuar pesquisas, inquéritos e levantamentos sobre Cursos Vocacionais e propor e celebrar acordos e convênios relativos a eles.

O conjunto de critérios postos pelo Serviço do Ensino Vocacional - SEV, indicam que, desde o início, os ginásios vocacionais se diferenciavam do SENAI, mais focado em aferir aptidões para futura especialização.

A coordenação do SEV foi exercida por Maria Nilde Mascellani² ao longo de quase toda a sua existência (1962-1969), com exceção de um breve período, em 1965, por ocasião da crise com o Secretário da Educação, Sr. Ataliba Nogueira, em 1969, quando ela foi afastada e presa por ordem do também Secretário Sr. Ulhoa Cintra e em 1970, por ordem do delegado Sérgio Paranhos Fleury.

A condição “autonomia pedagógica e administrativa” foi responsável pela qualificação da cultura empreendida pelos vocacionais e, ao mesmo tempo, uma das fontes de seus conflitos. Ela possibilitou dupla ruptura – com a visão do SENAI que identificava “vocacional” e “aptidão para”, empregando-o no sentido de “politecnia” (formação omnilateral) e com a prática vigente na política paulista de abrir

2 Para conhecimento da biografia de Mascellani, sua visão de educação, sua relação com a Sociedade de Amigos dos G. V., da percepção dos ex-alunos sobre sua formação, recomenda-se assistir ao documentário feito por um ex-aluno, Toni Venturi, intitulado “Vocacional, uma aventura humana”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pgdbtC5v3OY>.

escolas em regiões do eleitorado de determinado político. Em lugar desta, o SEV planejava sua abertura segundo características socioeconômicas diferenciadas da região (classe média urbana, têxtil, economia mista, agrária, agropecuária). Na ocasião em que foi extinto, estava em estudo uma escola no litoral paulista.

O Serviço do Ensino Vocacional tinha como protocolo anteceder a abertura de escolas por uma “sondagem de comunidade”, ou “caracterização geral da cidade”, quanto a seu nível socioeconômico, classes sociais, aspirações e expectativas educacionais das famílias, à idade ideal para os filhos trabalharem e às atividades econômicas predominantes, selecionando-se, por amostragem, famílias que forneceria essas informações por entrevistas. Esses dados eram cruzados com os da realidade social mais ampla e com problemas universais. Há cada dois anos, a “sondagem da comunidade” era renovada.

A instalação dos ginásios vocacionais era respaldada na seguinte reflexão:

[...] Sabíamos, de antemão, que qualquer experimento em educação enfrentaria as dificuldades de estrutura administrativa e poderia ser visualizada como elemento marginalizado do sistema educacional vigente. Entretanto, situamos a hipótese de experimentar um novo tipo de escola que, depois de algum tempo, viesse servir de subsídio à renovação das demais escolas secundárias e pudesse direta ou indiretamente, afetar o processo educacional geral. Tal hipótese, de ordem educacional-administrativa, evidentemente, só poderia ser confirmada ou rejeitada a longo prazo. Tratava-se, também, de ensaiar planos de educação que melhor respondessem às necessidades do homem brasileiro. Para tanto, escolhemos algumas comunidades onde o experimento foi desencadeado. Considerando-se a realidade concreta das perspectivas educacionais e das dificuldades legislativas e administrativas, foi possível determinar cinco locais com características sócio-culturais diversas. Os locais escolhidos foram: bairro do Brooklin, na zona sul da capital de São Paulo; Americana, cidade industrializada; Batatais, zona agrícola; Rio Claro, terminal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e de economia mista agrário-industrial; Barretos, zona agropecuária. (SEV. Planos Pedagógicos e Administrativos dos Ginásios Vocacionais do Estado de São Paulo, 1985 *apud* Autora, 1985, p.68-69).

Uma das exigências do SEV era evitar a divulgação do trabalho a não ser após quatro anos de funcionamento, evitando a interferência de estranhos. Para tanto, os professores selecionados eram indicados para lecionarem em cidades diferentes de sua origem. Tal cuidado tinha relação com um fato ocorrido com a classe experimental de Socorro, quando ademaristas pregaram, nas paredes de bares e padarias, um artigo de Laerte Ramos de Carvalho questionando a legitimidade da “experiência” das classes experimentais. Dizia o texto:

[...] Problemas há no setor do ensino que não podem ser objeto de experimentação. Serão portanto, funestas e perigosas as experiências que, em nome da ciência e de seus métodos, desvirtuam a natureza do processo educativo no que ele tem de mais essencial. O educador não deve como o cientista permanecer impassível diante dos fatos. O processo educativo é de natureza finalística. [...] Só a experiência não basta; antes é preciso determinar clara e precisamente o que se quer. Sem alvos previamente delimitados a experiência será perigosa aventura. Pior ainda, pois como poderá uma escola ou pai permitir que uma criança seja submetida a experiências incertas e sem objetivo? (OESP, Classes experimentais, 23/09/1958 *apud* Autora, 1985, p. 37).

O sentido de “inovador” fez parte das intenções do SEV desde o princípio:

[...] à medida que a sociedade brasileira vai definindo seu novo estilo de vida, à base da tecnologia, industrialização e urbanização, vamos percebendo, com intensidade cada vez mais flagrante, a importância de uma reformulação na educação. Reformulação que venha dar aos jovens a consciência social capaz de vitalizar a participação numa sociedade que, por sua própria natureza, pode levá-lo à alienação. (SEV, p. 68 *apud* Autora, p. 67).

Dada a intenção “inovadora” dos ginásios vocacionais, faz-se necessário submetê-la à reflexão filosófica. Para Dermeval Saviani, o conceito de “inovação” varia conforme a concepção de educação vigente. No artigo “A filosofia da educação e o problema da inovação em educação”, ele esclarece que a Filosofia da Educação é uma “reflexão (radical, rigorosa e de conjunto) sobre os problemas que a realidade educacional apresenta”, esboça um quadro em que aponta diferentes concepções de filosofia (“humanista” tradicional, “humanista” moderna, analítica e dialética) mostrando como cada uma se articula com o processo concreto da inovação (Garcia, 1980).

Resumidamente, a concepção “humanista” tradicional tem uma visão essencialista do homem e vê a inovação como “secundária, periférica, acidental”, enquanto a visão “humanista” moderna (Escola Nova), por concentrar-se na existência e no inacabamento do homem, foca “na criança, na vida, na atividade”, no predomínio do psicológico sobre o lógico e na constatação de que “os momentos verdadeiramente educativos são considerados raros, passageiros, instantâneos” (Garcia, 1980, p. 18-19).

A concepção analítica de educação considera a inovação como um problema de “análise lógica da linguagem educacional”, por considerá-la “comum, não-formalizada, não científica”, dentro do contexto linguístico e não socioeconômico e político (Garcia, 1980, p. 19-20).

Para a concepção dialética da Filosofia da Educação, dado que o homem é “síntese de múltiplas determinações”, o desafio está em compreendê-lo “em referência ao contexto histórico em que está inserido”; portanto, para ela, “inovar significa mudar as raízes, as bases”, sendo assim uma “concepção revolucionária da educação”, por “reformular a própria finalidade da educação, isto é, colocá-la a serviço das forças emergentes da sociedade.” (Garcia, p. 20-21).

Se o critério para uma inovação ser considerada revolucionária é “estar a serviço da mudança estrutural da sociedade”, os ginásios vocacionais se enquadram nele enquanto intenção e enquanto possibilidade, cujos desdobramentos lhes foram alheios, mas cujas contribuições poderão ser apropriadas. Para tanto, sua proposta pedagógica precisa ser explicitada.

O BRASILEIRO NO MUNDO

Os vocacionais nasceram com a preocupação de romper com a “transposição de padrões culturais e modelos estranhos à realidade do país”, referência direta à tradição colonial, às classes *nouvelles* francesas e às classes experimentais públicas e católicas, sabendo-se que a ex-coordenadora do SEV fora coordenadora pedagógica das classes experimentais do “Narciso Pieroni”, de Socorro.

Isso não significa que houve negação dessas experiências, mas sua apropriação crítica, atribuindo-lhes um significado novo, assim como fez com o SENAI e com vários procedimentos ditos tradicionais. Para tanto, adotou-se o *core curriculum*, ou currículo em círculos concêntricos (Dewey), extraído das ciências humanas, cujo ponto de partida era o tema *O brasileiro no mundo*, a ser aprofundado ao longo de quatro anos.

Desse modo, na primeira série, conhecia-se o bairro e a cidade de forma interdisciplinar, abordando história, cultura (artes, religião, arquitetura, esportes, lazer), geografia, economia, política. Na segunda, o eixo era o Estado de São Paulo, nos aspectos assinalados anteriormente, aprofundando-se o conhecimento sobre a cidade. O tema *Apesar da diversidade, o Brasil permanece unido?* pertencia a uma plataforma (unidade de estudo bimestral) concluída com estudo do meio nas cidades históricas de Minas Gerais, avançava junto ao conhecimento das relações entre Brasil, América Latina, estado de São Paulo - Rio Claro, conteúdo da terceira série. Na quarta, o foco era a geopolítica oriente-ocidente, com suas implicações no âmbito descrito e na cidade em especial.

Isso significa que a divisão em séries era uma formalidade cumprida para efeito de promoção de alunos de uma série para outra. Em termos de conhecimento, a característica era sua complementação e aprofundamento, e não sua fragmentação em disciplinas.

O ápice desta proposta ocorria ao final da quarta série, quando após obterem um conhecimento dialético sobre “o brasileiro no mundo” os alunos deveriam selecionar um problema universal relevante constatado em sua cidade, propondo-lhe uma solução. Tratava-se da “ação comunitária”, verdadeiro teste da filosofia do ensino vocacional – conhecer para interferir na realidade com conhecimentos acadêmicos:

O desenvolvimento da comunidade repousa, em grande parte, nas suas instituições de educação, e a escola pode ser animadora das atividades que visam melhorar as condições sociais, desde que este seja um dos objetivos de seu trabalho. Os Ginásios Vocacionais, na mesma linha evolutiva empregada no desenvolvimento de suas linhas pedagógicas, têm procurado despertar o aluno para uma participação social consciente, partindo do seu pequeno grupo de trabalho, na 1ª série, até atingir organizações mais amplas na 4ª série. Assim, em cada um dos Ginásios Vocacionais, baseando-se em pesquisas da comunidade, os alunos desenvolvem uma ação, cujo principal objetivo é levá-los a assumir posição de cidadão consciente dos problemas e atuante na busca de soluções dos mesmos, segundo o nível de sua maturidade. (SEV, 1968, p. 106-107 *apud* Autora, 1985, p. 73).

No caso de Rio Claro, à época, a cidade não dispunha de livrarias. Os alunos, através da escola, entraram em contato com editoras para, num fim de semana, em cabines emprestados pela Cervejaria Caracú, exporem e venderem suas obras. Outro exemplo memorável era o “domingo de lazer na praça”, quase sempre com crianças da periferia, organizando diversas atividades recreativas (Autora, 1985, p.148-149).

A metodologia característica dos ginásios vocacionais era o estudo do meio, que exigia dos alunos aprender a estudar, processo iniciado no primeiro ano e concluído no quarto, respeitando a sequência seguinte: ensino dirigido (1ª série), supervisionado (2ª série), preparo de seminários (3ª série) e ação comunitária (4ª série).

Um exemplo marcante dessa técnica é o estudo do meio, “experiência vivida e não livresca”, fio condutor do processo de conhecimento escolar, integrado e ampliado a cada ano. Partindo da indagação “O que é meu ginásio?”, passou-se para “Do que vive nossa comunidade?”, sabendo-se que:

A exploração dos resultados desses estudos do meio permite uma série de aberturas para o estudo do país e do mundo. Num determinado estudo do meio, os alunos verão, por exemplo, que o desenvolvimento industrial da comunidade se iniciou a partir da 1ª Guerra Mundial; noutro, que a matéria-prima necessária para grande parte das indústrias vem de outros estados do país. Assim, ao lado dos conceitos mais diretamente ligados à economia – indústria, comércio, agricultura, desenvolvimento, mercado – o aluno vai formando outros tão importantes como esses – interdependência, comunicação. No entanto, é importante salientar que aqueles conceitos relacionados ao se abordar os estudos do meio relativos ao próprio ginásio continuam a ser trabalhados, necessitando de novas atividades em séries posteriores, para serem vencidos – administração, legislação, capital, meio físico, instituição, cultura etc. (Educação Hoje, 1968, p. 73).

O artigo citado relata as fases de planejamento, execução, relatório e comunicação de um estudo do meio para as cidades históricas de Minas Gerais, feito por alunos e professor da terceira série do “Ginásio Vocacional Chanceler Raul Fernandes”, de Rio Claro.

Ele começa com o levantamento de campos nos quais cada área podia atuar, a viagem da equipe precursora para selecionar o que seria visitado, a exposição, para todos, dos resultados preliminares, a escolha dos locais, a elaboração de um código de conduta e consequências pelos alunos, a elaboração do roteiro de viagem, o estudo do mapa rodoviário, verificando distâncias entre cidades, topografia da região paulista e mineira, comparação entre Belo Horizonte e Rio Claro, e a caracterização das cidades históricas Sabará, Ouro Preto, Congonhas e Mariana.

A caracterização das cidades históricas partiu de levantamento bibliográfico sobre a mineração e os movimentos nacionalistas, enriquecido pelo acesso a pontes, chafarizes, igrejas e seus cemitérios, museus, Casa de Fundição, ladeiras, obras do Aleijadinho, de Francisco de Ataíde.

O desenvolvimento econômico de Minas Gerais é outro polo desse estudo do meio – o que é o “quadrilátero ferrífero”? O que diferencia um terreno “arqueano” de um “alouqueano”? Que tipo de rocha é a mina “Casa de Pedra”, da Companhia Siderúrgica Nacional? Como diferenciar itabirito de hematita? Esse conjunto de indagações exige uma fundamentação de Ciências, Estudos Sociais e Artes Industriais, que inclui mais disciplinas quando a agricultura mineira é abordada (Matemática, Práticas Comerciais, Artes Plásticas): por que existe a Associação de Crédito Rural? Em que ela se diferencia da Cooperativa Agrícola de Cotia? Por que Minas não é autossuficiente para seu abastecimento? Em Minas, verifica-se o mesmo desequilíbrio que o verificado no estado de São Paulo? – agricultura realizada com técnicas mais rudimentares ao lado práticas mecanizadas?

No âmbito educacional, após um conhecimento prévio do período colonial, imperial e republicano, das diversas realidades educacionais brasileiras e de instituições mineiras como a Universidade Federal de Belo Horizonte, o Centro de Pesquisas Radioativas e a Escola Nacional de Minas e Metalurgia de

Ouro Preto, as visitas a campo culminaram com a palestra do Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, após a qual os alunos propuseram-lhe 17 perguntas.

Na volta a Rio Claro, eles deveriam apresentar relatórios sobre o estudo do meio realizado, com a presença obrigatória dos pais e mestres (Educação Hoje, 1968, p. 80-85).

GINÁSIOS VOCACIONAIS, ESCOLAS INOVADORAS

A essência dos ginásios vocacionais está no fato inusitado de ter educado simultaneamente professores, especialistas, famílias e alunos. Os candidatos ao magistério, direção, orientação e técnicos, nos primeiros anos, receberam um longo treinamento sobre teorias e práticas pedagógicas.

Eles eram recrutados da rede pública e, quando selecionados, eram comissionados, podendo ou não continuarem na escola no ano seguinte, dependendo de sua autoavaliação e da avaliação dos coordenadores. O salário era o mesmo que o da rede pública. A vantagem estava em que seu contrato era por tempo integral – aulas pela manhã e, à tarde, atividades com alunos, reuniões pedagógicas, preparo de aulas e estudos para elaborar conteúdos, uma vez que não se adotavam livros didáticos.

Os pais ou responsáveis assinavam termo de compromisso de participar nas atividades acadêmicas, que contemplavam: apresentação do conteúdo da série, reuniões conjuntas para acompanhamento das plataformas – unidades bimestrais de estudo, festas escolares.

No ato da matrícula, eles deveriam pagar a mensalidade justificada para a manutenção do programa pedagógico ou, no caso dos que não dispunham dessa soma, indicar como contribuir com o ginásio em uma ficha com o seguinte conteúdo:

Se a Diretoria da Sociedade solicitasse a sua colaboração, de que maneira o senhor poderia auxiliar?

R.1 - Trabalho dentro de sua profissão?

R.2 - Trabalho extra-profissão, como:

Teatro amador?

Radcomunicação?

Filatelias?

Jardinagem?

Eletrônica?

Limpeza do prédio?

Psicultura?

Trabalho de torno e madeira?

R3- Outras sugestões?

(Arquivo da Sociedade de Pais e Amigos do Ginásio Vocacional de Rio Claro, 1985, p. 90).

Tal expediente foi essencial para o funcionamento do Vocacional de Rio Claro, que, por não ter prédio próprio, em 1963, foi instalado nas dependências do “Grupo Escolar Marcelo Schimidt” e, no ano seguinte, nas dependências do “Horto Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro”.

Por ficar fora da cidade, não possuía iluminação nem ônibus circular, exigindo muito trabalho de adaptação das dependências para uso escolar, feito por professores e pais. No início, por não contar com cozinha, o almoço de todos era transportado por carroceiros.

Eis o depoimento da ex-diretora, profa. Branca Young:

O casarão tinha amplo porão habitado por insetos perigosos como aranhas e escorpiões. Precisamos dedetizá-lo. Ele foi inteirinho caiado e mais tarde passou a servir de refeitório e sala de Artes Industriais. A sala de Ciências foi adaptada em uma grande cozinha com a ajuda dos professores de Artes Industriais, que, ao lado dos pais, passávamos sábados fazendo instalações, consertando, pintando e lavando a escola. Como resultado, até dois vagões cedidos pela Paulista tornaram-se salas de aula. (Autora, 1985, p. 86).

O clima bucólico da escola, instalada no meio de uma reserva de eucaliptos, tornou-se propício à observação e à transformação da natureza, capitalizadas por Ciências e Artes Plásticas.

A “sondagem da comunidade”, em termos de classes sociais, registrava a proporção de cada estrato. A escola matriculava alunos na proporção de seu pertencimento à determinada classe social, portanto era possível que o filho de um grande empresário estivesse na mesma classe que o filho de sua empregada.

A aposta do SEV era a de que, em período integral, para alunos e professores, e ante atividades pedagógicas que exigiam diferentes habilidades, as vantagens dos alunos das classes dominantes em relação aos das classes subalternas fossem neutralizadas.

O mesmo ocorria em relação aos pais com baixa escolaridade. Eles venciam a inibição, aprendendo dinâmica de grupo (clareza, objetividade, evitar monopólio da palavra), e a consciência da responsabilidade de participar, acionando, quando necessário, representantes locais a proverem o que o ginásio necessitasse.

O Regimento Interno dos Ginásios Vocacionais estabelecia o papel dos pais na estrutura escolar:

Art. 166º- Os pais de alunos se organizarão em sociedades ou associações que terão por finalidade:
Manter viva a integração escola-família;
Atrair para a escola o interesse de pessoas da comunidade;
Exercer a ação comunitária através da escola;
Colaborar na solução de problemas de ordem material;
Prestigiar a escola em todas as suas iniciativas;
Contribuir para que não se desvirtue sua finalidade. (Arquivo da Associação de Pais e Amigos do Ginásio Vocacional de Rio Claro. Anexo VI- Objetivos da Primeira Reunião de Equipes de Pais do “Ginásio Vocacional Chanceler Raul Fernandes” de Rio Claro *apud* Autora, 1985, p. 372-375).

Os alunos eram selecionados por idade (10 a 13 anos e seis meses), por provas escritas de Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, por entrevistas psicopedagógicas e testes psicológicos, se necessário, compondo classes representativas dos diferentes estratos sociais da cidade.

Durante a escolaridade, eram promovidos ou reprovados pelo Conselho Pedagógico (órgão composto pelo pessoal técnico e docente, presidido pelo diretor) a partir de atividades de aprendizagem, respeito ao Código de Honra, elaborado pelos alunos, participação nas Práticas Educativas (cooperativas, 1ª série), cantina (2ª série), banco escolar (3ª série), governo estudantil e ação comunitária (4ª série), além de participação na elaboração de jornal e na instalação e funcionamento de museu.

Segundo o levantamento socioeconômico realizado, a cidade de Rio Claro caracterizava-se pela preponderância da classe baixa, sendo que, no primeiro ano, a representatividade de classes sociais não foi cumprida, atraindo alunos que não conseguiram vagas em outras escolas.

Eis o depoimento de uma mãe de aluna:

Minha filha mais velha entrou na primeira turma, cuja origem social era de classe inferior, atraída pela propaganda de almoço grátis. Os pobres eram maioria e os de classe melhor eram sufocados pelos pobres. O sistema era compreensivo e se preocupava em elevar os pobres. Estes não aceitavam nada que não fosse deliberado por eles. Foram ensinados a se organizarem e a defenderem seus interesses. Minha filha era ótima, mas não era aceita por ser filha de professora. Os pobres eram muito revoltados e minha filha sofreu. O Vocacional foi bom para ela no sentido intelectual, graças a ele, ela desenvolveu a capacidade de estudo, de síntese, o que a levou a destacar-se no Batista Leme (colegial); daí ela ter gostado mais desta escola. No Vocacional, ela não era ninguém, enquanto os pobres eram gente. (Pérola Camargo, profa. de Inglês, 1964 *apud* Autora, 1964, p.132).

Em contraposição a este, segue o depoimento de um ex-professor de Práticas Industriais:

Não importava que alguns (os mais ricos) tivessem colocado seus filhos na esperança de uma escola de melhor nível e outros (os mais pobres), na ilusão de uma profissionalização rápida. Ambos tiveram a oportunidade de empreender um trabalho comum fundamentando-se nos problemas educacionais e ao mesmo tempo provendo a escola de condições necessárias para que o planejamento pedagógico fosse desenvolvido. Quer seja através de contribuição em dinheiro ou através de promoções como chás, quermesses, eles cumpriram seu papel. O SEV cuidava para que as diferenças sociais não constituíssem entraves nas relações entre pais, assim, evitava-se emprestar lugares luxuosos para reuniões, como o Clube Ginástico ou a Filarmônica, optando-se por lugares mais simples como o salão da Caracú (cervejaria) ou o cinema dos ferroviários, que eram mais familiares à maioria pobre. (Milton Malavassi, prof. de Práticas Industriais do Ginásio Vocacional de Rio Claro, entre 1963 e 1970, 1980 *apud* Autora, 1985, p. 134).

O estranhamento inicial de diferenças sociais era neutralizado na jornada de tempo integral, segundo o mesmo professor:

[...] O rico tem as experiências do seu meio social e o pobre também. Há uma atração mútua de um para outro e isto era aproveitado, explorado. Por exemplo, se o rico tem experiência em clubes, piscinas, cinema, leituras, o pobre nada no rio, caça passarinhos, faz cabana no mato, joga bolinhas, anda descalço, faz papagaio, balão. E, no Vocacional, tudo isso era valorizado, a criança pobre nunca se sentiu diminuída ante a rica, sua experiência era valorizada, podia até ser superior. A criança pobre está muito mais em contato com a natureza, com a terra e, embora sujeita à contaminação, ela vive mais a vida que a rica. (Milton Malavassi, 1984 *apud* Autora, 1985, p. 135.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Saviani, “inovação dialética” implica “mudar as raízes, as bases”. Neste sentido, é possível afirmar que os ginásios vocacionais não inovaram as bases do ensino paulista, contudo, seus desdobramentos abrem novas perspectivas para a Historiografia da Educação.

A autonomia conquistada pelo SEV garantiu-lhe quatro anos de relativa tranquilidade, uma vez que sua avaliação se daria após quatro anos de existência, prudentemente postergados à espera de que o Golpe Militar durasse menos do que durou, o que não impediu o Vocacional de sofrer pressões externas.

Em 1965, a diretora do “Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha”, de São Paulo, Tomires Alves, negou-se a admitir um aluno indicado por políticos, com o apoio do SEV. Como resultado, o Secretário da Educação, professor José Carlos Ataliba Leonel, do governo de Adhemar de Barros, afastou a coordenadora do SEV, profa. Maria Nilde Mascellani e a responsável pelo expediente da direção do “Oswaldo Aranha”, Olga T. Bechara (16/03/1965), nomeando como interventores o professor Joel Martins, ex-coordenador de Psicologia Educacional do SEV, que à época trabalhava no “Instituto de Educação Padre Anchieta” (SP), e Lígia Furquim Sim, ex-diretora do “Instituto de Educação Narciso Pieroni”, de Socorro, onde Mascellani fora orientadora pedagógica de classes experimentais.

Na sua justificativa, o Secretário da Educação, argumentava ter devolvido o ensino vocacional a seus criadores:

Ambas (M. Nilde e Olga Bechara) subordinadas à sra. Dona Lígia Furquim Sim, lá em Socorro. Então beberam na fonte legítima o que é o ensino vocacional, como ele devia adaptar-se, como a sra. Dona Lígia adaptou o ensino francês ao Brasil. De outro lado, aqui estava desenvolvendo a sua atividade o prof. Joel Martins, e fazendo adaptação perfeita do ensino norte-americano, o vocacional no Brasil. Assim, os dois seriam indicados para assumirem os postos. Mas essas questões da roda da fortuna, uma vez um está em cima e outro de baixo, fez com que se não reconhecesse por justiça o mérito de ambos e aqui, à testa do Vocacional, a dona Maria Nilde Mascellani. (Diário de São Paulo, 18/03/1965 *apud* Autora, 1985, p. 280).

A chegada do prof. Joel Martins e da profa. Lígia Furquim Sim ao “Oswaldo Aranha”, onde funcionava o SEV, foi acompanhada de aparato policial – uma viatura do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), uma radiopatrulha e uma viatura do Serviço de Menores.

Em decorrência, 32 professores do “Oswaldo Aranha” e 10 profissionais do SEV pediram demissão, seguidos por todos os professores dos ginásios vocacionais do interior. Esta mobilização durou 7 meses, nos quais salários foram suspensos e verbas necessárias ao funcionamento das escolas foram boicotadas (Autora, 1985, p. 278-282).

Aquela altura, professores, pais e alunos, devidamente politizados, mobilizaram-se, cobrando do governador seus direitos, acionando políticos locais, organizando acampamentos em frente ao Palácio do Governo e posteriormente reunindo-se em assembleia permanente no teatro “João Caetano”, de São Paulo.

O movimento foi vitorioso e tanto a coordenadora do SEV quanto a diretora do “Oswaldo Aranha” foram reconduzidas às suas funções e as aulas retomadas. Anos depois (1980), quando a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo contratou professores aposentados compulsoriamente pela ditadura, os dois antagonistas foram incorporados, expondo sua visão sobre o acontecido em 1965.

Em entrevista para o jornal da universidade – Porandubas – Joel Martins, que posteriormente seria seu reitor (28/11/1992 a 1993, quando faleceu), afirmou ter dado “assistência a Maria Nilde nos Vocacionais”. (Porandubas, 15/03/1983, p. 4 e 5).

Na edição de 05/04/1983, o jornal publicou uma carta dirigida a Joel Martins, datada de 20/03/1983. Nesta, Mascellani cita dois episódios compartilhados com ele – seu pedido de demissão do SEV, “alegando que tinha outros interesses profissionais e que o salário, no ensino público, não lhe parecia compensador” e, em 1965, quando ele e Lígia Furquim Sim aceitaram ser interventores da ditadura, prestando com isso “um desserviço à experiência do Ensino Vocacional”.

As pressões externas provocaram mudanças no ensino vocacional a partir desta data – o ginásio passou a ser feito em meio período, e o SEV apresentou soluções possíveis para a socialização de suas práticas: renovação didática para escolas públicas, implantação do segundo ciclo (somente no “Oswaldo Aranha”), de cursos complementares para desempregados, do ginásio noturno (1968), além da expansão para São Caetano do Sul (cidade dormitório), que funcionou apenas em 1969, data em que previa a abertura de uma escola no litoral paulista.

Todas essas propostas se deram no contexto de 1968 e 1969, quando o ensino vocacional sofria perseguição implacável pelos militares e denúncia de exercer atividade subversiva por ex-professores demitidos que acionavam a Maçonaria.

No dia 12 de dezembro de 1968, todos os Vocacionais, inclusive o SEV foi invadido no mesmo horário por agentes da Polícia Federal e por elementos das Forças Armadas. Os detidos das unidades de Americana e Barretos foram encaminhados ao coronel Argos Gomes, da V Gerência de Atenção à Educação do Campo (GECAM) de Campinas.

Em 1969, Mascellani foi afastada da coordenação do SEV e substituída por interventor. Entre 1969 e 1973, ela respondeu a 67 interrogatórios, que duraram de 4 horas a 8 dias. Em 1974, ficou incomunicável por 34 dias, ocasião em que perdeu a visão do olho direito. Foi solta graças à interferência do Cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns.

O Decreto Estadual nº 52.460, de 5 de junho de 1970, extinguiu o SEV integrando o ensino vocacional à rede comum. Em 04/11/1970, o Diário Oficial publicou a aposentadoria compulsória de Maria Nilde Mascellani pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), após despacho do SNI ao Ministro da Justiça, Dr. Alfredo Buzaid.

As provas de subversão merecem ser expostas: prática de autoavaliação ou autocrítica, segundo os militares, usada pelos ideólogos do Partido Comunista, o livro *Geografia da fome*, de Josué de Castro, encontrado numa sala de Arte Culinária; a indisposição de alunos contra família, pátria, moral e costumes, estimulada pelos professores; a revolta e a incompreensão dos adolescentes frente às condições dos trabalhadores rurais durante estudos do meio; a apreensão de uma revista “Manchete” sobre a arquitetura russa; o uso de livros da editora Paz e Terra; e a montagem de peças teatrais mostrando confronto entre estudantes e policiais; a acusação do uso do prédio do “Ginásio Vocacional Chanceler

Raul Fernandes” de Rio Claro, para um congresso dos Institutos Isolados de Curso Superior públicos, como disfarce do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Num clima de delação, vigilância interna e externa, em 1968, o SEV divulgou a proposta educacional desenvolvida nos Planos Pedagógicos e Educacionais do Estado de São Paulo (SEV, 1968), o que não o impediu de promover a 1ª Exposição do Ensino Vocacional (28/06 a 10/07/1968). No ano seguinte, publicou vários ensaios pedagógicos na revista *Educação Hoje*, da editora Brasiliense (jan./fev, 1969; nov./dez, 1969), além de participar das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (julho de 1969, Porto Alegre) expondo conteúdos, métodos e técnicas usados nas várias áreas de conhecimento pelos professores do Vocacional. Naquela ocasião o Ministro da Educação, Tarso Dutra, cumprimentou Maria Nilde pelo “trabalho brilhante, experiência pedagógica de grande valor e esperança do ensino secundário no Brasil”.

Enquanto isso, desde 1967, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo implementava sua alternativa ao ensino vocacional, descrita abaixo:

Os Pluricurriculares ou Polivalentes ou Ginásios Voltados para o Trabalho, por enquanto, pelo menos, não podem mostrar resultado algum, pois sua implantação na escola acadêmica está começando agora. A reforma que começou este ano nos ginásios de São Paulo, está exatamente nas normas curriculares. (OESP, 28/06/69 *apud* Autora, 1985, p. 290).

Mas as críticas não vieram apenas de militares. Boa parte dos intelectuais que passaram pela Secretaria da Educação na década de 1960 consideraram o ensino vocacional caro e elitista por ter beneficiado poucos. Entre eles, José Mário Pires Azanha, no livro *Experimentação Educacional: uma contribuição para sua análise*, fundamentando-se na metodologia científica, considerou o ensino vocacional como “grave equívoco epistemológico”, por não ter hipótese clara a ser demonstrada, confundindo-a ora com “anúncio de intenções” ora com “objetivos do processo educativo”. Por esta razão, ele se legitimava como “projeto de ação” e não como “pesquisa científica”, tal como o autor esclarece:

[...] A hipótese é sempre a suposição, a conjectura que se apresenta como solução de um problema de conhecimento. Nessas condições, a hipótese é sempre uma resposta a um tipo especial de questão. Resposta que vai orientar o processo de observação ou de experimentação. Cientificamente, experimentar é submeter uma hipótese à prova, é colher fundamento empírico para uma decisão teórica: aceitação ou rejeição de uma proposição hipotética. Este é o traço essencial da experimentação e seu único papel no processo de conhecimento científico que é, basicamente, um procedimento de prova. (Azanha, 1974, p. 60 -61).

O autor acrescenta que sua análise “não exclui um ‘eventual valor pedagógico’” que a “experiência” do vocacional poderia ter, mas não se detém sobre ele. Pelo contrário, acrescenta-lhe outras, tais como a de que os vocacionais possuíam uma “intenção democrática”, mas não realizaram uma “ação democratizadora”, como a reforma de 1923 feita por Sampaio Dória, ou a feita por Ulhoa Cintra, em 1967-1970 (Azanha, 1974).

Culminando sua análise, o autor circunscreve este ensino como “democracia intramuros”, argumentando que uma escola democratizada não forma necessariamente uma sociedade democrática e, em relação

a esse ponto, ele infantiliza a contribuição do ensino vocacional reduzindo-o às suas práticas internas. Suas considerações teóricas levam-no à mesma conclusão a que seu orientador de doutorado, Dr. Laerte Ramos de Carvalho, chegou em relação às classes experimentais – “perigosa aventura” –, tese refutada por esta autora em livro recente (2022), mas cumpre afirmar que suas críticas contribuíram de fato para obscurecer o significado político desse ensino, marginalizando-o, daí a urgência de rever seus argumentos.

A contribuição política dada pelo SEV está em mostrar que toda escola pode ser comunitária, envolvendo professores, pais e alunos num projeto coletivo de construção de conhecimentos e interferências na realidade; em mostrar que professores são intelectuais que precisam de condições materiais para desenvolver seu trabalho – socializar conhecimentos historicamente acumulados, pesquisando sistematicamente sobre fatores psicossociais que afetam a aprendizagem; em mostrar que as Associações de Pais e Amigos podem mobilizar as escolas públicas a buscarem soluções para atender a infância e a juventude do seu entorno.

A Historiografia não deve mais contentar-se em construir a memória do passado. É pouco. Suas práticas pedagógicas, no caso do ensino vocacional, devem entrar nos cursos de formação de professores à medida que podem contribuir para compreender como caracterizar a clientela do curso noturno, o que pode garantir sua aprendizagem eficiente (refeição inicial seguida de ginástica compensatória, seguida de aulas interdisciplinares dinâmicas), respondendo às seguintes questões: como organizar um estudo do meio? Como montar grupos de estudo? Como tornar o estudo uma experiência significativa? Como possibilitar a associação entre problemas universais e locais? Quais os protocolos da avaliação e da autoavaliação? Por que se faz necessário ensinar o aluno a estudar? Por onde começar? É possível tratar cultura humanística e técnica como polos que não se excluem?

Estas perguntas, extremamente atuais, já foram respondidas pelo ensino vocacional e por outras iniciativas, tais como o Ginásio Experimental da Lapa, o Colégio de Aplicação da USP e outros em diferentes Estados.

Será que esta possibilidade não seria mais legítima do que se submeter à ganância das corporações pelo ensino remoto e síncrono na formação dos professores?

REFERÊNCIAS

- Autora. (1985). **Contribuição ao estudo dos ginásios vocacionais do Estado de São Paulo: O Ginásio Vocacional “Chanceler Raul Fernandes” de Rio Claro** (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Autora. (2022). **Vocacional: uma aventura humana?** Curitiba: Appris.
- Arquivo da Associação de Pais e Amigos do Ginásio Vocacional de Rio Claro. (1964). Anexo VI. In AUTORA (1985), pp. 372–375.
- Azanha, J. M. P. (1974). **Experimentação em educação**. São Paulo: Edusp.
- Chartier, R. (1999). **A aventura do livro: Do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora Unesp.
- Diário de São Paulo. (1965, 18 de março). Secretário da Educação procura debelar a crise do ensino vocacional do Estado de São Paulo.

Educação Hoje – Revista Bimensal Para Assuntos **Educacionais**. (1968). **Balzam, N., Nadai, E., Salgueiro, G., & Pres-tes Alves, N.** *Algumas considerações sobre um estudo do meio* (pp. 71–85).

Garcia, W. E. (Org.). (1980). **Inovação educacional no Brasil: Problemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados.

Malavassi, M. (Depoimento, prof. de Artes Industriais de 1963 a 1970). In *Autora* (1985), p. 134.

OESP. (1958, 23 de setembro). Classes experimentais.

OESP. (1969, 28 de junho). Vai desaparecer o ensino vocacional.

Camargo, P. (Depoimento, profa. de Inglês do G.V. de Rio Claro em 1964). In *Autora* (1985), p. 132.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). (1983, 15 de março). Um intelectual inquieto (Joel Martins). **Porandubas: Jornal da Comunidade Universitária – PUC-SP**, 7(61), 4–5.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). (1983, 5 de abril). Cartas: Joel II (Maria Nilde Mascellani). **Porandubas: Jornal da Comunidade Universitária – PUC-SP**, 2–3.

Saviani, D. (1980). A filosofia da educação e o problema da inovação em educação. In W. E. Garcia (Org.), **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez Editora / Campinas: Autores Associados.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-SP. (1992). **O giz & a graxa: Meio século de educação para o trabalho** (Projeto Memória SENAI-SP). São Paulo: SENAI.

Serviço do Ensino Vocacional (SEV). (1968). **Planos pedagógicos e administrativos dos ginásios vocacionais do Estado de São Paulo: Extratos de uma experiência**. São Paulo: SEV.

Venturi, T. (Diretor). (2012). **Vocacional, uma aventura humana** [Documentário]. Mamute Filmes / Olhar Imaginário.